

ATA CMP Nº 02/2026

1 ATA DA 2ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
2 PREVIDÊNCIA (CMP) - MANDATO 2026 – 2030. Aos quatro dias do mês de fevereiro
3 de do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de
4 Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa (IPREVI), situada à
5 Avenida P.H. Rolfs, Edifício Meridien Center, 3º andar, Centro, Viçosa, Minas Gerais,
6 realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência (CMP), referente
7 ao mandato 2026–2030, com a presença dos Conselheiros André de Carvalho Gonçalves,
8 Daniela Martins Rodrigues, Jorge Lucas Santos da Luz, Marcos Willian dos Santos Fórneas,
9 Melissa Maffia Maia, Nívea Maria Ladeira Miranda suplente da Conselheira Glaucia
10 Coutinho Ramos D'Antonino e Rosângela Cardoso de Carvalho. Estavam presentes também
11 o Diretor Presidente do IPREVI Edivaldo Antônio da Silva Araújo, a Diretora Adm.
12 Financeira Eliane Antônia dos Reis Pereira e os membros do Comitê de Investimentos, Clarice
13 Pereira de Paiva Ribeiro, Luís Roberto de Andrade e Monique da Silva Santana. O Conselho
14 se reuniu para tratar dos seguintes assuntos: **1. Análise e aprovação da Política de**
15 **Investimentos; 2. Apresentação do encerramento das receitas, despesas e Investimentos**
16 **do exercício de 2025; 3. Assuntos Gerais.** O Diretor Edivaldo iniciou a reunião
17 apresentando o encerramento das receitas, despesas e investimentos referentes ao exercício de
18 2025. Por meio de recurso visual, apresentou o quantitativo de segurados, no período de
19 janeiro a dezembro, dos dois planos existentes no Instituto. Informou que, no Plano
20 Previdenciário, em dezembro de 2025, havia 846 servidores ativos, 93 aposentados e 15
21 pensionistas, totalizando 954 segurados. No Plano Financeiro, o exercício encerrou-se com
22 290 servidores ativos, 570 aposentados e 145 pensionistas, perfazendo um total de 1.005
23 segurados. Acrescentou ainda que, no exercício de 2025, foram concedidas 53 aposentadorias
24 e 8 pensões, totalizando 61 novos segurados no Instituto. Em seguida, o Diretor apresentou o
25 demonstrativo consolidado das receitas e despesas projetadas e realizadas do exercício,
26 informando que as receitas projetadas totalizaram R\$ 27.760.000,00, enquanto as receitas
27 realizadas somaram R\$ 27.603.024,87. As despesas projetadas foram de R\$ 64.525.000,00 e
28 as despesas realizadas atingiram R\$ 47.643.258,23, esclarecendo que a diferença entre a
29 despesa projetada e a realizada configura superávit orçamentário. No Plano Financeiro, as
30 receitas totalizaram R\$ 9.982.171,43 e as despesas R\$ 41.658.566,33, resultando em déficit
31 de R\$ 31.676.394,90, devido à insuficiência financeira do Plano do exercício de 2025. No
32 Plano Previdenciário, as receitas foram de R\$ 17.316.172,94 e as despesas totalizaram R\$
33 3.108.958,85, apresentando superávit de R\$ 14.207.214,09, o qual foi destinado à aplicação
34 financeira com o objetivo de constituir reserva financeira para as obrigações futuras. O
35 Conselheiro Jorge questionou qual era o valor mensal da insuficiência financeira do Fundo
36 Financeiro a ser coberta pela Prefeitura. O Diretor Edivaldo informou que o valor gira em

37 torno de R\$ 2.300.000,00, podendo variar de acordo com a entrada de receitas provenientes
38 da compensação previdenciária. A Presidente do Conselho Rosângela questionou sobre a
39 situação dos repasses da contribuição patronal por parte da Prefeitura. O Diretor informou que
40 os valores correspondentes ao mês de dezembro e ao décimo terceiro salário encontra-se em
41 atraso, esclarecendo que a recomendação normativa é que, após 15 dias de atraso, seja
42 realizada notificação ao Prefeito, Secretário de Governo e Controladoria, e, transcorridos mais
43 15 dias sem regularização, seja notificada a Câmara de Vereadores. Informou ainda que, em
44 reunião com o Prefeito, foi comunicado que, com a entrada de receita de IPVA, até o dia 10
45 de fevereiro seria efetuado o pagamento dos valores em atraso. Na sequência, o Diretor
46 apresentou os valores referentes à Compensação Previdenciária, informando que, no Plano
47 Financeiro, o Instituto recebeu o montante de R\$ 2.210.080,08, e, no Plano Previdenciário,
48 R\$ 479.392,95, totalizando R\$ 2.689.473,03. Ressaltou que, a partir do mês de agosto, em
49 razão de ajuste fiscal do Governo Federal, a análise dos processos ficou paralisada. Informou
50 ainda que, em janeiro deste exercício, foram analisados alguns processos, resultando no
51 recebimento aproximado de R\$ 300.000,00, e que, para o mês de fevereiro, está prevista a
52 entrada de cerca de R\$ 700.000,00 a título de compensação previdenciária. Contudo, destacou
53 que o CRP do IPREVI venceu no final de janeiro e que, caso os repasses não estejam em dia,
54 o CRP não poderá ser renovado, impedindo o Instituto de receber a compensação
55 previdenciária. O Conselheiro Jorge questionou quais seriam as implicações da falta de CRP,
56 além do impedimento de recebimento da compensação previdenciária. Em resposta, foi
57 esclarecido que o Sistema CADPREV, responsável pela emissão do CRP, verifica
58 aproximadamente 35 itens, dentre eles o repasse das contribuições previdenciárias e o
59 Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). Foi informado ainda que a
60 inexistência de CRP válido impede o Município de receber recursos federais, celebrar
61 convênios, acordos e contratos, bem como contratar empréstimos e financiamentos. Dando
62 continuidade, o Diretor apresentou os valores previstos e realizados dos repasses destinados à
63 cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro no exercício de 2025. Informou que
64 o valor total previsto foi de R\$ 36.765.000,00, distribuído da seguinte forma: R\$
65 32.065.000,00 pela Prefeitura Municipal de Viçosa (PMV), R\$ 4.500.000,00 pelo SAAE e R\$
66 200.000,00 pela Câmara Municipal. O valor total efetivamente repassado foi de R\$
67 31.900.020,14, sendo R\$ 27.662.525,41 pela PMV, R\$ 4.097.441,16 pelo SAAE e R\$
68 140.053,57 pela Câmara. A Conselheira Nívia solicitou esclarecimentos acerca do valor
69 repassado a menor em relação ao previsto. O Diretor explicou que os valores estimados no
70 orçamento referentes à insuficiência resultam da diferença entre as receitas previstas e as
71 despesas fixadas no Plano Financeiro. Contudo, na execução orçamentária, caso a receita
72 realizada seja inferior à prevista e a despesa se mantenha, ocorre um aumento no valor a ser
73 repassado em relação ao estimado. O contrário também pode ocorrer, ou seja, as receitas

74 arrecadadas se mantêm e as despesas ficam inferiores ao projetado, reduzindo, assim, a
75 necessidade de repasse para cobertura da insuficiência. Um fato comum em relação à despesa
76 é que, na elaboração do orçamento, são considerados os servidores ativos que já cumpriram
77 ou irão cumprir, no próximo exercício, os requisitos para aposentadoria. Entretanto, nem todos
78 formalizam o requerimento do benefício no respectivo exercício. Acrescentou ainda que, caso
79 o Instituto tivesse recebido maior volume de recursos da compensação previdenciária,
80 conforme previsto, o valor a ser repassado para cobertura da insuficiência teria sido ainda
81 menor. Após os esclarecimentos, passou-se à apresentação do retorno financeiro dos
82 investimentos. O Diretor informou que, excetuando-se os meses de fevereiro e julho, em que
83 os rendimentos foram inferiores, o retorno total dos investimentos no exercício de 2025 foi de
84 R\$ 22.153.619,31. Destacou que a meta atuarial de rentabilidade necessária para garantir o
85 pagamento dos benefícios futuros, no exercício de 2025 foi de 9,5508%, enquanto a
86 rentabilidade efetivamente obtida foi de 16,81%, o que corresponde a 176,07% da meta
87 atuarial estabelecida. Ressaltou, ainda, que o bom desempenho decorreu, principalmente, das
88 aplicações em renda variável, as quais contribuíram de forma significativa para a superação
89 da meta atuarial. Na sequência, foi apresentada a diversificação da carteira de investimentos,
90 demonstrando que 75,32% dos recursos estavam aplicados em renda fixa; 19,97% em renda
91 variável; 2,10% em fundos estruturados; 2,08% em títulos públicos (LF); e 0,53% em
92 investimentos no exterior. A Conselheira Rosângela solicitou esclarecimentos acerca dos
93 investimentos no exterior. Em resposta, o Diretor explicou que tais aplicações referem-se a
94 investimentos em empresas estrangeiras, realizados por meio da aquisição de BDRs (Brazilian
95 Depositary Receipts), que são certificados negociados no Brasil e lastreados em ativos de
96 companhias listadas, principalmente, na bolsa de valores americana. Em seguida, o Diretor
97 apresentou o saldo atual das aplicações, bem como o retorno acumulado no exercício de 2025,
98 assim discriminados: Na Renda Fixa, o retorno apurado foi de R\$ 13.922.353,61, com saldo
99 acumulado de R\$ 112.607.287,77. Na Renda Variável, o retorno totalizou R\$ 7.357.811,30,
100 com saldo acumulado de R\$ 30.374.021,58. Nos Fundos Estruturados, o retorno foi de R\$
101 651.187,78, perfazendo saldo de R\$ 3.179.018,34. Em Títulos Públicos, registrou-se retorno
102 de R\$ 187.064,48, com saldo acumulado de R\$ 3.191.339,02. Quanto aos Investimentos no
103 Exterior, o retorno foi de R\$ 97.536,12, com saldo acumulado de R\$ 806.776,81. Dessa forma,
104 o saldo total atual das aplicações soma R\$ 150.158.443,52. Por fim, o Diretor apresentou a
105 diversificação da carteira de investimentos do Instituto por instituição financeira,
106 evidenciando a distribuição dos recursos e a observância aos limites legais. Em seguida,
107 passou-se à discussão da Política de Investimentos para o exercício de 2026, à luz dos limites
108 estabelecidos pela nova Resolução CMN nº 5.272/2025, que dispõe sobre as aplicações dos
109 recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O Diretor esclareceu que o
110 Instituto possui certificação no Pró-Gestão RPPS – Nível I e que, com a entrada em vigor da

111 referida Resolução, a partir de 02 de fevereiro de 2026, os RPPS certificados nesse nível
112 passam a ter suas aplicações restritas a fundos de renda fixa e a títulos do Tesouro Nacional
113 indexados à SELIC. Ressaltou que, para ampliar a diversificação da carteira de investimentos,
114 será necessária a obtenção da certificação no Pró-Gestão – Nível III. Informou, ainda, que foi
115 instituída comissão responsável pela elaboração do Plano de Trabalho com vistas à obtenção
116 da Certificação Pró-Gestão RPPS – Nível III. Destacou que, caso o Instituto não alcance essa
117 Certificação no prazo de dois anos, será necessário proceder ao resgate dos recursos
118 atualmente aplicados em renda variável, com sua posterior alocação em títulos públicos, em
119 conformidade com a regulamentação vigente. Assim, na Política de Investimentos para o
120 exercício de 2026, deliberou-se pela manutenção das atuais alocações, ficando estabelecido
121 que os novos recursos serão aplicados em ativos de renda fixa, em estrita observância às
122 disposições da nova Resolução. O Diretor ressaltou, ainda, alguns pontos relevantes
123 relacionados às projeções para o exercício de 2026. Destacou a duração do passivo, apurada
124 conforme a Portaria da Secretaria de Previdência, a qual é definida com base na Avaliação
125 Atuarial vigente, sendo atualmente de 23,5 anos. Informou também que a taxa de juros atuarial
126 estabelecida corresponde a 5,60% ao ano acrescida do IPCA estimado em 4,20%, resultando
127 em meta atuarial estimada em 9,80% para os investimentos. Na oportunidade, foi discutida a
128 inclusão do segmento de empréstimo consignado na Política de Investimentos. A Conselheira
129 Clarice esclareceu que tal segmento consta na Política por se tratar de uma das modalidades
130 permitidas pela regulamentação vigente, permanecendo, portanto, autorizado. Ressaltou que
131 a previsão na Política não implica obrigatoriedade de aplicação, mas apenas possibilita sua
132 realização, caso o Instituto entenda oportuno e conveniente. O Diretor destacou que, para
133 eventual implantação desse segmento, a matéria deverá ser amplamente discutida e analisada,
134 sendo posteriormente regulamentada por meio de decreto. Durante a reunião, foram prestados
135 os esclarecimentos necessários aos conselheiros acerca das diretrizes, estratégias e adequações
136 promovidas na Política de Investimentos, sendo a mesma submetida à apreciação do colegiado
137 que após análise, foi aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho presentes. Na
138 sequência, a Conselheira Rosângela relatou que, durante seus estudos para a prova de
139 certificação, houve ênfase na Emenda Constitucional nº 103. Destacou que o Projeto de Lei
140 de reforma previdenciária encaminhado à Câmara no ano anterior foi desmembrado, tendo
141 sido aprovada apenas a parte relativa à estrutura administrativa, permanecendo pendente a
142 parte previdenciária, que ainda necessita de discussão. Nesse sentido, solicitou que o referido
143 projeto fosse encaminhado aos Conselheiros para análise e início das discussões. O Diretor
144 informou que providenciaria o encaminhamento do projeto, solicitando, contudo, que os
145 Conselheiros aguardassem dois pontos relevantes antes de aprofundar as discussões: o
146 primeiro, a apresentação da Avaliação Atuarial de 2026 pelo atuário responsável, prevista para
147 o início do mês de março, a fim de que sejam analisadas as projeções atualizadas; e o segundo,

Mel mo mo
Julia


Out

[Handwritten initials]


"A nossa segurança começa aqui"

148 a apresentação do resultado da auditoria atuarial realizada no IPREVI por outro atuário, a
149 pedido do Município. Ressaltou, ainda, que os relatórios serão enviados previamente aos
150 Conselheiros para conhecimento e análise. A Conselheira Nívia solicitou que constasse em
151 Ata a sugestão de que o IPREVI fizesse esforços para alcançar o Nível III do Pró-Gestão ainda
152 neste exercício, mediante a elaboração de cronograma e adoção das providências necessárias.
153 Foi informado que a Comissão responsável já realizou duas reuniões, nas quais foram
154 discutidos os pontos que deverão ser implantados, estando as providências em andamento.
155 Ressaltou-se, ainda, que as ações e avanços serão oportunamente apresentados ao Conselho
156 para conhecimento. Na sequência, a Conselheira Rosângela, expôs aos demais conselheiros
157 que, conforme já deliberado pelo colegiado, as reuniões do CMP serão realizadas na primeira
158 quarta-feira de cada mês. Assim, não haverá necessidade de envio de convocação individual
159 para confirmação de recebimento, e que será encaminhada apenas a pauta da respectiva
160 reunião. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu Cássia Maria Lopes Salgado,
161 Chefe de Secretaria do IPREVI, digitei a presente ata que após lida e aprovada será assinada
162 por mim e os demais presentes à reunião.

André de Carvalho Gonçalves 


Cássia Maria Lopes Salgado 

Daniela Martins Rodrigues 

Edivaldo Antônio da Silva Araújo 

Jorge Lucas Santos da Luz 

Marcos Willian dos Santos Fórneas 

Melissa Maffia Maia 

Nívea Maria Ladeira Miranda 

Rosângela Cardoso de Carvalho 